



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: GILBERTO NASCIMENTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 06/12/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 1 DE 38

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Bom dia a todos. Presentes o Vereador Gilberto Nascimento, presidindo esta audiência; de maneira remota, o Vereador Sansão Pereira; os demais Vereadores foram convidados, Vereadora Sandra Tadeu, Presidente desta Comissão; Vereador Alessandro Guedes, Arnaldo Faria de Sá, João Jorge, Rubinho Nunes, Thammy Miranda e Professor Toninho Vespoli.

Declaro abertos os trabalhos da 23ª audiência pública, que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza no ano de 2021.

Esta audiência pública foi convocada em atendimento ao requerimento 36/2021, de autoria deste Vereador, aprovado em 24/11/2021, tendo como pauta a discussão do PL 434/2021, do Vereador Gilberto Nascimento, que autoriza o Poder Executivo a instituir o “Programa de Incentivo e Visibilidade ao Acolhimento Familiar”, de proteção à criança e ao adolescente institucionalizado na cidade de São Paulo e dá outras providências.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida no site e Canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo.

A realização desta audiência pública foi divulgada no jornal *Agora* e no jornal *O Estado de S. Paulo*, em primeiro de dezembro, e vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, desde 02 de dezembro.

As inscrições para participação do público ficaram abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo, desde primeiro de dezembro, devendo os inscritos pelo site participarem pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a secretaria da Comissão e cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs. Carlos Bezerra Júnior, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, neste ato representado pelo Sr. Sr. Gustavo Felicio Ferreira Pinto, da Assessoria Técnica da Secretaria, a princípio não o estou vendo aqui; Claudia Carletto, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, representada pela Sra. Cristiane Pereira, Coordenadora de Políticas para Criança e Adolescente,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 2 DE 38

da Secretaria; Fabiana Zacarias Cesário Feitosa, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CMDCA; Sérgio Luiz Kreuz, Juiz de Direito do TJ do Paraná; Célio Ferreira, Superintendente da ONG ABBA e Delton Hochstedler, Coordenado Técnico da ONG ABBA e Gerente do Serviço Pérolas de Acolhimento Familiar, que já estão ao meu lado e Vânia Bezerra Cruz da Silva, mãe de uma família acolhedora, que participará remotamente.

Esta audiência pública, no âmbito da CCJ, do PL 434/2021, que institui o Programa de Incentivo e Visibilidade ao Acolhimento Familiar, para quem não sabe, acolhimento familiar é a possibilidade de crianças e adolescentes que estão fora de suas famílias de origem permanecerem sob os cuidados de uma família acolhedora, ao invés de ficarem em abrigos ou casas lares, ficando com essas famílias até voltarem para as famílias biológicas, até serem adotados ou até completarem 18 anos.

Vale lembrar que a família acolhedora não é família adotiva. Nesse sentido o Art. 34, do Estatuto da Criança e do Adolescente, no § 1º, diz: “A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei”.

Infelizmente, essa não é uma realidade na cidade de São Paulo, porque a maioria absoluta das crianças e adolescentes está em instituições e não em famílias acolhedoras. Exatamente por esse motivo estamos nesta audiência pública, porque nesta Casa entendemos que precisamos olhar com muita atenção para a situação das crianças e adolescentes que estão longe de suas famílias biológicas e buscar o que é melhor para eles. Assim reunimos hoje aqui, nesta audiência pública, pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, representantes e pessoas com grande experiência na questão do acolhimento familiar para encontrarmos caminhos para mudar essa realidade.

Então, quero iniciar convidando o Dr. Sérgio Kreuz, Juiz de Direito do Paraná, uma referência nacional no acolhimento familiar, sua atuação ajudou a revolucionar o acolhimento de crianças e adolescentes, na cidade de Cascavel, no Paraná, e trará essa experiência para todos nós agora.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 3 DE 38

Dr. Sérgio Kreuz, tem a palavra.

O SR. SÉRGIO LUIZ KREUZ – Muito obrigado, quero inicialmente agradecer ao Vereador Gilberto Nascimento pelo honroso convite, poder participar desta conversa, desta audiência pública sobre um tema tão relevante como o acolhimento familiar; saúdo o meu estimado amigo Delton Hochstedler, que faz parte da Mesa e também o Célio Ferreira; Monica Vendramini, que me fez o convite, com quem conversei sobre esta audiência, enfim, todos que participam deste ato tão importante que discute o destino das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Apenas para situar, fui por mais de 20 anos Juiz da Vara da Infância e da Juventude, da cidade de Cascavel, no Paraná, não sou mais há quase cinco anos. Cascavel é uma Cidade, hoje, com 300 e poucos mil habitantes, é uma Cidade de porte médio. E claro, quando ficamos muito tempo numa Vara, como era a Vara da Infância e da Juventude, fui o primeiro Juiz dessa Vara quando foi desmembrada da Vara da Família, em 1996, 97. E a grande angústia de todos que trabalham nessa área da infância e da juventude foi perceber que muitas vezes se acolhia uma criança, um adolescente, e ele permanecia numa instituição e quando chegava aos 15, 16 anos, muitas vezes já destituído do poder familiar, não tinha condições de retornar a sua família de origem e também não tinha condições de adoção. E isso muitas vezes ocasionava que esse adolescente acabava se evadindo das instituições de acolhimento. Em pouco tempo, muitas vezes, estava envolvido em vivência de rua, uso de entorpecentes, enfim, todo o trabalho feito acabava se perdendo e isso é muito frustrante.

Com base nessa experiência negativa começamos, em 2006, um projeto. Inicialmente era um projeto de tentar colocar esses adolescentes, esses que não tinham chances ou remotas chances de adoção em razão de sua idade, em famílias acolhedoras. Em 2006, embora não seja tão longe, mas era um tempo em que não se falava em acolhimento familiar no Brasil, ou muito pouco.

Então, começamos a buscar experiências em outros países e, inclusive, começamos inicialmente com muito medo também de que isso eventualmente não desse certo, mas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 4 DE 38

começamos dessa forma. Ou seja, começamos colocando primeiro os adolescentes que tinham poucas chances de adoção e também não podiam mais voltar para as famílias de origem porque estavam destituídos. E também crianças e adolescentes que tinham algum problema de saúde, ou eram deficientes físicos, mentais, ou seja, que estavam na mesma condição, não tinham condições de serem adotados ou havia poucas chances de adoção e por lado também havia remotas possibilidades de reintegração familiar.

Vimos que deu um resultado fantástico. Primeiro, esses adolescentes que antes fugiam, claro, que com o tempo fomos aprimorando, mas começaram a permanecer nas famílias e criar vínculos com essas famílias, o que foi muito bom. E isso gerou várias consequências, primeiro, conseguimos diminuir a prática de atos infracionais, conseguimos manter esses jovens nas famílias acolhedoras. E na medida em que cada vez mais adolescentes iam para as famílias, começamos a estender essa prática também para as crianças menores e mesmo aquelas que ainda tinham chances de adoção. E nós vimos que isso era muito bom para essas crianças, elas se desenvolviam muito mais, enfim, em todos os aspectos, tanto no aspecto motor, quanto no emocional. E, principalmente, vimos uma modificação muito grande no aspecto escolar, que fica muito mais visível. Então, crianças, por exemplo, que muitas vezes reprovavam anos seguidos, começamos a perceber que essas crianças e esses adolescentes evoluíam muito quando iam para uma família, onde tinham esse atendimento mais próximo, mais individualizado.

Não vou dizer que nesse período todo nós não cometemos erros. Cometemos muitos erros até chegarmos ao nível que estamos hoje, em que temos mais de 90 - acho que 95% - das nossas crianças e adolescentes em acolhimento familiar. Ou seja, atingimos um nível mais ou menos dos países mais desenvolvidos, como a Austrália, a Irlanda, a Inglaterra, a Espanha, etc., em que a maioria das crianças e adolescentes acolhidos está em famílias acolhedoras.

Aos poucos, a comarca de Cascavel, na verdade, é contemplada por mais dois municípios, além de Cascavel, que são Santa Tereza do Oeste e Lindoeste. São dois municípios pequenos, na faixa de 15, 20 mil habitantes. E logo esses municípios também já implantaram o serviço de acolhimento familiar. Hoje não há mais crianças em acolhimento institucional.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 5 DE 38

Então, os últimos dados que eu tenho da comarca de Cascavel, que são de setembro de 2021, havia 248 crianças em famílias acolhedoras. Destas, 111 são adolescentes e 23 são jovens, ou seja, são maiores de 18 anos até 21 anos. Nós temos hoje 137 famílias acolhendo, mas temos 184 famílias cadastradas. Então, temos mais de 50 famílias que não estão acolhendo por falta de crianças. São famílias capacitadas, preparadas, que estão aguardando a oportunidade de acolher.

Esse foi um trabalho longo, foram mais de dez anos seguramente até conseguirmos extinguir, principalmente os acolhimentos de bebês, de crianças pequenas, que foram os últimos que foram para o acolhimento. Vejam, hoje é muito fácil falar “não, mas hoje a prioridade é para crianças pequenas”. É verdade, deve-se começar sempre com as crianças menores.

Porém, é preciso voltar lá atrás. Como eu falei, nós tínhamos muito receio, muito medo, não tínhamos aqui no Brasil muitas experiências acerca desse modelo de acolhimento. Então, começamos por acolher essas crianças e adolescentes maiores.

Acredito que a grande vantagem do acolhimento familiar é justamente dar essa possibilidade da criança e do adolescente criarem vínculo e se desenvolverem dentro de um ambiente familiar, que faz toda a diferença, principalmente quando a criança fica um longo tempo acolhida.

Quando se trata de jovens ou de crianças maiores, é muito importante também, porque mesmo que não sejam adotadas - e a gente sabe que a adoção não é fácil depois de uma certa idade - elas podem criar vínculos com essa família acolhedora. Não só criar vínculos, mas ter uma referência familiar nessa transição para a vida adulta e, também, na vida adulta; porque nós tivemos vários casos de adolescentes, de jovens, que mesmo sendo desligadas do acolhimento familiar, construíram a sua casa no lote da família acolhedora. E quando não construíram, a família acolhedora foi para eles um suporte nessa transição para a vida adulta.

Nesse período, aqui no Paraná, eu saí depois de 20 anos, em 2017, vim para a Corregedoria Geral da Justiça, no estado do Paraná. O Corregedor me chamou para que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 6 DE 38

desenvolvêssemos um trabalho a nível estadual, não só no acolhimento familiar, mas em outras boas práticas relacionadas à criança e ao adolescente.

Aqui no Paraná nós conseguimos também, a partir de vários eventos que realizamos, de vários incentivos que foram dados, principalmente por meio do governo do estado, em parceria com o Tribunal de Justiça, com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e com o Ministério Público, conseguimos ampliar o número de serviços de acolhimento familiar de 17 para em torno de 120.

Foi um trabalho também longo, claro, e foi bastante afetado agora nesses últimos dois anos pela pandemia, infelizmente. Temos ainda um projeto bastante audacioso aqui no Paraná que está pronto, em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça da Família e do Trabalho e como uma ONG, no sentido de capacitar as famílias acolhedoras em todo o estado. Não só as famílias acolhedoras, mas principalmente formar as redes e as equipes técnicas para a implantação dos serviços de acolhimento familiar em todos os municípios. Quando não é possível implantar no município, que seja, então, por meio de consórcios regionalizados.

Nesse período, então, nesses dois, três anos, conseguimos aumentar o número de crianças em famílias acolhedoras. O Paraná, hoje, acho que é o estado que deve ter mais crianças e adolescentes em acolhimento familiar. Nós temos em torno de 17% das nossas crianças, enquanto, a nível nacional, esse número me parece que não chega a 6%.

Então, o que fizemos para chegar nisso? Em primeiro lugar, há uma resistência. Todo mundo sabe que há uma resistência. Parece-me que em São Paulo também há essa resistência a uma mudança de modelo. Primeiro que, claro, o acolhimento familiar dá muito mais trabalho do que o acolhimento institucional. Mas, também produz resultados muito melhores.

Então, pensar que o acolhimento familiar não dá trabalho é uma ilusão, vai dar realmente muito trabalho, até porque para um acolhimento familiar dar certo, necessariamente precisa de uma equipe técnica realmente capacitada e presente em todos os momentos desse acolhimento.

Infelizmente, temos algumas experiências também negativas, é claro que a grande maioria é de experiências positivas, mas temos também negativas, justamente quando se quer implantar o serviço de acolhimento familiar e não se dá a devida atenção para a capacitação da equipe técnica.

Muitas vezes se quer implantar um serviço de acolhimento familiar com o apêndice de outros serviços já existentes no município, o que não dá certo. A nossa experiência tem demonstrado isso fartamente.

Ou, então, quando não se capacita adequadamente a equipe técnica – e não só a equipe técnica, mas também a rede de proteção à criança e ao adolescente -, porque o acolhimento familiar não é um serviço isolado dentro da estrutura da proteção à criança e ao adolescente. Ele precisa necessariamente estar interligado com os demais serviços, porque a família acolhedora vai precisar, vai depender de todos os serviços da rede de proteção à criança e ao adolescente.

E quando isso não acontece infelizmente a família acolhedora não vai aguentar e muito provavelmente vai deixar o serviço de acolhimento familiar. E, muitas vezes, causando ainda mais prejuízos para a criança, que acaba tendo de romper vínculos, enfim, voltar para a instituição e, claro, com as consequências que disso decorre.

Então, fizemos alguns eventos grandes. Fizemos três congressos internacionais, procuramos trazer os maiores especialistas de acolhimento familiar do mundo, inclusive o pessoal de Harvard, o Charles Nelson, que fez aquela pesquisa sobre os órfãos da Romênia. Trouxemos o pessoal da Irlanda. O Delton esteve conosco, do Canadá. Trouxemos o pessoal da Inglaterra, enfim, de Portugal, da Espanha, Jesús Palacios, entre tantos outros. Isso, claro, deu uma visibilidade e fez com que muitos municípios despertassem para essa necessidade.

Paralelamente a isso, nós temos uma estratégia dentro do Tribunal de Justiça no sentido de provocar os juízes para que eles incentivem, para que eles apoiem, para que eles articulem a implantação desses serviços nos municípios. Só que agora, a nível nacional, o Ministério Público inclusive baixou uma resolução, uma recomendação pelo menos aos

promotores de justiça para que também se empenhem na implantação desses serviços. E o que observamos é que há sim uma grande resistência dentro do próprio Judiciário, a tal ponto de que, ano passado, fizemos um evento aqui do Paraná, juntamente com o Conselho Nacional de Justiça e do CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público, no sentido de orientar, de dar conhecimento desse serviço aos magistrados, aos membros do Ministério Público que, muitas vezes, acabam criando dificuldades para o desenvolvimento dos serviços de acolhimento familiar.

O que penso? Nós temos alguns riscos nessa trajetória que conseguimos identificar. Primeiro risco, como já falei, é implantar o serviço sem a necessária capacitação da rede, das equipes técnicas. Além disso, fazer uma boa seleção dessas famílias, isso só vai ser possível se tivermos uma equipe técnica qualificada. Preparar essas famílias acolhedoras não só no começo, mas também ter uma capacitação continuada para que o acompanhamento familiar tenha realmente qualidade.

Eu vejo aqui que muitos municípios – e aqui no Paraná nós temos também – muitas organizações não governamentais estão executando o serviço, o que é muito bom. Eu não vejo nenhuma dificuldade que isso aconteça. O risco apenas é que essas ONGs fiquem sozinhas, o risco é de que a rede não apoie esses serviços, não apoiem as famílias acolhedoras que eventualmente forem selecionadas. Vimos isso em alguns lugares em que se achou que a ONG teria de se virar sozinha, não há mais necessidade de o município se preocupar. Não, na verdade esse atendimento à criança e ao adolescente é responsabilidade de todos. Digo isso quando falo, por exemplo, você vai acolher um menino que tenha dependência química. Se você colocar esse menino em uma família acolhedora, sem que ele tenha o suporte técnico, sem que ele tenha o suporte da saúde, do tratamento, do acompanhamento, essa família acolhedora não vai dar conta desse menino. Então por isso estou dizendo, é necessário envolver toda a rede de proteção. Por exemplo, se o menino tiver de esperar no CAPS ou em algum outro serviço para ser atendido, às vezes meses, essa família acolhedora muito provavelmente não vai aguentar, não vai suportar continuar com esse acolhimento. Muitos serviços acabam fracassando

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 9 DE 38

justamente porque não houve a necessária capacitação da rede, até porque o acolhimento é responsabilidade não só de quem acolhe, mas de toda rede, de todos nós. Garantir a convivência familiar, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal é de todos, a começar pela família, sociedade e também do Estado. Isso é realmente importante.

Claro, eu acho que o acolhimento familiar para ter sucesso, ele precisa também atender às necessidades ou as particularidades de cada local. Para mim, é difícil, aqui em Curitiba, agora que estou morando aqui em Curitiba, nós temos uma dificuldade também aqui, não sei se porque o município ainda não abraçou definitivamente a ideia do acolhimento familiar, hoje está sendo executado por uma ou duas organizações não governamentais, não decolou aqui em Curitiba, está muito difícil. Temos muitos serviços no interior, principalmente no Oeste do Paraná porque a partir de Cascavel todos os municípios da região, hoje, só tem acolhimento familiar porque começam a ver os resultados desse tipo de acolhimento, mas aqui em Curitiba ainda, infelizmente, não avançamos muito. Talvez as particularidades da cidade, eu não sei. Mas, por exemplo, lá em Cascavel um elemento de grande sucesso foi o acolhimento familiar rural. Nós temos lá uma vasta região agrícola, muitas famílias moram no interior ainda, têm lá uma boa estrutura, mas não moram na cidade, e esse acolhimento familiar foi fantástico, principalmente de adolescentes que muitas vezes voltavam das internações por práticas de atos infracionais, não eram casos graves, e que se não tivessem esse suporte familiar, eles não teriam condições ou muito dificilmente teriam condições de superar essa situação da criminalidade, da marginalidade, enfim. Então, as famílias acolhedoras foram fundamentais nesses casos. E esse acolhimento começa antes mesmo da desinternação. A família começa a visitar, começa a fazer aproximação, começa a alimentar nesse jovem a possibilidade desse acolhimento familiar, e normalmente quando eles vão já estão numa fase que eles acabam se adaptando rapidamente, até porque nessas localidades rurais muitas vezes a família, ela está praticamente junta o dia todo, as atividades são feitas em conjunto. Eles almoçam juntos, jantam juntos, a noite eles só têm uma televisão, muitas vezes não pega internet. Enfim, há possibilidade que favorece o desenvolvimento dos vínculos que são fundamentais para o sucesso do acolhimento familiar.

Outro aspecto que gostaria de ressaltar é no sentido de que o acolhimento familiar só vai dar certo se for bom para o acolhido e para a família acolhedora. Por que eu digo isso? Muitas vezes a família acolhedora é deixada de lado, não há uma preocupação com o bem estar da família acolhedora, e principalmente quando há o desligamento, por exemplo, do jovem ou da criança pequena ou enfim, vamos imaginar uma criança que vá para adoção. Então há necessidade de que a equipe técnica, quando bem preparada, que ela consiga acompanhar essa família nesse período, principalmente de elaboração desse desligamento, que não precisa ser drástico, como muitas vezes se pensa, que a criança é tirada da noite para o dia e a família não fica sabendo para onde foi, para onde vai, o que aconteceu. Não, tudo isso tem que ser bem planejado, tudo muito bem preparado e com isso garantimos a essa família acolhedora que em pouco tempo se recupere, se coloque novamente disponível para acolher outras crianças. Temos muitas famílias acolhedoras que já acolheram sete, oito, nove, dez, doze crianças, são famílias acolhedoras já tradicionais e o perfil de cada família acolhedora nós vamos descobrindo ao longo do tempo, aonde as crianças se adaptam melhor.

Por exemplo, temos famílias acolhedoras que são pessoas que já estão aposentadas que talvez para adoção não seriam adequadas, porque muitas vezes são vós, etcétera, ou avôs, mas que para o acolhimento familiar, que é temporário, que é excepcional, essas famílias têm experiência em como lidar com criança, elas já trabalham bem a questão do desligamento, os filhos cresceram, já saíram de casa, eles têm tempo, tem espaço dentro de casa, tudo isso são fatores que favorecem muito. Claro, há casais jovens também, mas há muitos assim nessa idade dos 55, 60, 65 anos que são ótimas famílias acolhedoras.

Então, o que eu diria assim para uma cidade como São Paulo, obviamente a maior cidade do País, da América Latina, é identificar as particularidades ou as peculiaridades locais no sentido de se poder avançar na implantação desse serviço. Eu sempre lembro de uma expressão do Robbie Gilligan, um irlandês que foi o responsável pela implantação dos serviços de acolhimento familiar na Irlanda, que esteve conosco aqui também. Ele diz que, para eles

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 11 DE 38

atingirem o índice de 91% de acolhimento familiar na Irlanda, eles levaram em torno de 30 anos.

Nada foi feito de um dia para o outro, tudo levou um certo tempo.

Então não é porque nós temos 30 mil crianças hoje acolhidas, de acordo com o Cadastro Nacional de Acolhimento, do Sistema Nacional de Acolhimento, que nós temos de, de um dia para outro, tirar essas crianças das instituições e colocá-las em famílias acolhedoras. Esse vai ser um processo lento, vai ser um processo demorado, mas que precisa iniciar, precisa avançar.

É preciso destinar recursos para isso. Hoje nós temos uma enorme dificuldade. Hoje o Governo Federal, infelizmente, não tem recursos para os serviços de acolhimento familiar. Aqui no Paraná, quando nós fizemos um encontro com os gestores públicos municipais, chamamos todos os prefeitos, secretários de assistência social e também os secretários de finanças dos municípios, para que viessem. Nós fizemos um evento grande e nessa oportunidade o Conselho Municipal dos Direitos da Criança liberou 50 mil reais para cada município que quisesse começar o serviço de acolhimento familiar.

E nós precisamos destinar cada vez mais recursos para os acolhimentos familiares, porque hoje a grande maioria... Aqui no Paraná é a mesma coisa. Quando nós fomos ver o orçamento do fundo estadual da criança e do adolescente, nós vimos que quase 90%, mais de 90% dos recursos do fundo eram destinados a instituições de acolhimento.

Se o acolhimento familiar é preferencial, claro que nós não vamos tirar esses recursos das instituições, porque há instituições que precisam também desses recursos para se manter. Mas gradativamente tem de haver uma inversão, ou seja, cada vez mais recursos têm de ser destinados ao acolhimento familiar que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é preferencial.

Então é nesse sentido que nós precisamos cada vez mais caminhar para dar também essa preferência no orçamento, que a lei diz tanto, no Estatuto da Criança e do Adolescente, e também colocar essa preferência na... (Falha na transmissão.) ...de recursos públicos, o que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 12 DE 38

raramente acontece. É importante esse tipo de evento que está sendo realizado hoje no sentido de dar essa visibilidade.

Aqui no Paraná nós tivemos um caso muito recente, apesar de tudo que já foi feito. Nós tivemos o caso de um município em que a Câmara de Vereadores rejeitou o projeto de lei que o Prefeito havia encaminhado para implantação do serviço de acolhimento familiar. E por que rejeitaram? Rejeitaram sob o argumento de que no município havia uma instituição de acolhimento que havia sido reformada recentemente e que, portanto, não... (Falha na transmissão.) ...nessa área. Infelizmente, esse é um argumento completamente equivocado, porque uma coisa não tem nada a ver com a outra. E outra: não é porque nós temos uma boa instituição de acolhimento institucional que nós não vamos implantar o serviço de acolhimento familiar.

Houve, sem dúvida nenhuma, falta de esclarecimento, falta de conhecimento do que é o acolhimento familiar. Nesse sentido eu acredito que, em muitos lugares, infelizmente isso ainda acontece. Ou seja, há a necessidade não só de sensibilizar a comunidade, a sociedade, mas também os gestores públicos, os vereadores, enfim, os legisladores, os juízes, os membros do Ministério Público, a sociedade em geral.

Eu sempre digo que o acolhimento familiar faz com que a comunidade comece a se sentir responsável pela criança e pelo adolescente do seu município, e não só como uma atribuição do Estado. Até porque o acolhimento institucional é muito mais chamativo, muito mais visível aos olhos da sociedade do que o acolhimento familiar.

Eu me lembro quando nós fechamos a última unidade de acolhimento institucional de Cascavel, que era dos bebês. Era uma instituição também privada, uma ONG que cuidava. Nós chegamos a ter lá, no início, 30, 40 bebês acolhidos. Quando nós tiramos as últimas crianças que havia lá, apenas quatro, cinco, seis - sei lá quantas tinha, mas eram poucas -, e nós já tínhamos famílias acolhedoras preparadas para isso, houve um movimento muito grande dentro da própria sociedade no sentido de não fechar. Não queriam que a gente tirasse as crianças de lá, mesmo tendo famílias para cuidar dessas crianças.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 13 DE 38

Isso também se deu muito em razão do desconhecimento. Muitas pessoas que iam a essa instituição, que se comoviam com as crianças que estavam lá, que viam as crianças, que levavam doações, brinquedos... Vejam, essa organização era muito bem quista, muito bem vista dentro da sociedade, era apoiada pelas igrejas católicas, evangélicas, Rotary, Lions, Maçonaria, clube de mães. Todo mundo queria ajudar o lar dos bebês, porque era algo muito bom, muito bonito. Só que a realidade das crianças continuava sendo exatamente a mesma.

Então essa dificuldade... Se a gente não fosse para a imprensa, não explicasse o porquê, aquela instituição podia se transformar em outra coisa, podia se transformar numa creche, houve uma resistência enorme. E cada vez que acontecia algum problema no acolhimento familiar, aquilo ganhava uma dimensão muito maior para tentar derrubar o acolhimento familiar. Vocês vejam como foi difícil.

Hoje, graças a Deus, a sociedade já assimilou que é melhor para a criança que ela permaneça, ainda que num momento, ainda que por breve período, convivendo com uma família. E a criança, no momento mais traumático da sua vida, que é quando ela perde tudo, perde inclusive o pai e a mãe, os amigos, os parentes, os avós, tudo porque ela vai para uma instituição, para um local absolutamente estranho para ela. Nesse momento, se ela puder ser acolhida numa família, onde ela vai ter carinho, afeto, atenção, cuidado, obviamente que isso é muito melhor para a criança e para o adolescente.

Eu acredito que meu tempo já tenha se esgotado, então eu vou encerrar por aqui, colocando-me à inteira disposição das senhoras e dos senhores para eventuais esclarecimentos, dúvidas ou até mesmo considerações que forem necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Obrigado, Dr. Sérgio Kreuz, juiz do Paraná, pela fala. Foi sensacional a gente começar a ter noção do que tem acontecido nesse estado, por isso que a gente está buscando fazer esta audiência pública, buscando resultados como os que nós vimos por meio das suas palavras.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 14 DE 38

Eu tenho certeza de que na fala dos outros integrantes da Mesa, assim como dos participantes, surgirão novas dúvidas, novos questionamentos, até para a gente buscar um comparativo e, claro, seguir aqueles que fizeram dar certo.

Eu vou passar, então, para a representante da SMADS, que é a Priscila Pereira Alves Scharth Gomes. Está certo, Priscila, é assim mesmo?

A SRA. PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES – Bom dia. É Scharth, isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Ela é coordenadora de proteção social da Secretaria. Eu não sei se você quer fazer algumas considerações ou se eu posso já fazer algumas perguntas, deixar essas perguntas para você. O que você prefere, Priscila.

A SRA. PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES – Gostaria de saudar todos, as colegas da Mesa, agradecer primeiramente o convite para participar desta conversa, desta troca. Infelizmente, o Secretário não conseguiu participar em razão da sua agenda, mas ele me pediu que mandasse um abraço ao colega Vereador Gilberto Nascimento. Eu gostaria também de parabenizar pela iniciativa.

O Família Acolhedora é um serviço conveniado com a Secretaria de Assistência Social relativamente novo, ainda está engatinhando. Se a gente pensar em relação ao exemplo que o colega Dr. Sérgio apresentou, de Cascavel, que tem essa experiência de quase 15 anos, não é isso? Ainda estamos na nossa primeiríssima infância na cidade de São Paulo.

Então, gostaria de agradecer a oportunidade de estarmos discutindo essa política que é tão importante, tão necessária e de fato tem muitos desafios. Tinha até pensado em algumas falas, de apresentar o que é essa política aqui na Cidade, os nossos principais desafios, mas o Dr. Sérgio resumiu muito bem, mesmo sendo um histórico do que foi a construção do programa lá, apesar de termos uma diferença de tamanho, de complexidade, quando pensamos numa Cidade como São Paulo, os desafios são praticamente os mesmos. A essência dos desafios é muito parecida.

Então, acredito que possamos passar para o Sr. Vereador para fazer os questionamentos e vou tentando, na medida do possível, contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Então vamos lá, primeiro agradeço a participação, quero saber da SMADS, quantas famílias acolhedoras têm a Cidade e qual seria o custo desse programa, na verdade, não vou nem dizer custo, acho que é investimento se formos pensar na sociedade, acho que você poderia trazer a resposta a essas duas perguntas, depois tenho mais três perguntas e aí vamos construindo o raciocínio.

A SRA. PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES – Perfeito, temos atualmente, já implementados na cidade de São Paulo, três serviços conveniados. Cada serviço, pela tipificação que foi aprovada pelo Comas, atende até 30 crianças. Isso não significa que cada serviço precise ter exatamente 30 famílias habilitadas.

Como o Dr. Sérgio falou, acontece muito, o acolhimento familiar é temporário, então acontece muito esses momentos, da família acolher, a criança volta ou tem o retorno familiar ou é encaminhada para adoção e essa família tem um período em que não vai acolher imediatamente outra criança. É um período que pode ser tratado, talvez, como um período de luto, de elaborar a saída dessa criança da família e se preparar para receber outra criança, outro adolescente.

Então, apesar do convênio separar 30 acolhimentos, o ideal é que cada serviço tenha mais do que 30 famílias habilitadas para garantir que essa capacidade de acolhimento esteja sempre com a sua capacidade total atingida. Hoje, temos um desses três serviços que conseguiu atingir o número de 33 famílias habilitadas, que é o serviço da Organização Fazendo História. Essa Organização já desenvolvia esse programa de acolhimento familiar antes de ter o serviço tipificado no Município de São Paulo. Então, já tinha uma experiência anterior e hoje é o único serviço nosso que tem para além do número de famílias habilitadas, são 33 famílias habilitadas.

Temos outro servido do ABBA, que hoje tem 18 famílias habilitadas, já teve mais famílias habilitadas. Acontece também que é um processo de cadastramento e descadastramento, então não necessariamente uma família que passou por todo o processo de

capacitação vai continuar sempre inscrita no serviço. Então, a família pode ter passado por esse processo de capacitação, foi habilitada e por algum motivo se descadasta do serviço. Então hoje, ativas, o ABBA está com 18 famílias habilitadas.

O nosso serviço mais recente é o do Instituto Pilar, começou a funcionar junto com o início da pandemia. Então, para eles foi mais complicado para conseguir fazer todo esse processo de captação, divulgação e capacitação das famílias num contexto em que todos nós fomos surpreendidos, não esperávamos e não sabíamos como lidar. Hoje, esse serviço está com oito famílias habilitadas, justamente porque nasce no meio do contexto da pandemia. Então, relata a dificuldade nesse processo de identificar, capacitar e habilitar famílias.

No total temos hoje 54 famílias habilitadas. Como falei, o primeiro serviço, a primeira parceria foi assinada em outubro de 2019; a segunda parceria em novembro de 2019 e a terceira parceria em fevereiro de 2020. Temos um serviço que está em vias de ser implementado, o Edital já foi feito, a organização já foi selecionada e está na finalização do processo burocrático para início do serviço.

Recursos. Em média, cada serviço tem um custo de cerca de 80 mil reais por mês, com a capacidade de atendimento para 30 crianças ou adolescentes. Se pensarmos isso em relação ao SAICA, que também gira em torno desse valor mensal de repasse para a Secretaria, em torno de 78 mil, sendo que a capacidade de acolhimento de um SAICA é de 15 crianças. Então, podemos pensar que o custo de uma criança em acolhimento familiar seria cerca de metade do custo de uma criança em acolhimento institucional. O acolhimento familiar seria metade do custo de uma criança em acolhimento institucional.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Pode nos responder quantos abrigos ou casas lares temos na Cidade.

A SRA. PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES – Só um momentinho que já vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Quero aproveitar, já que falou dessa nova organização, existe uma expectativa ou uma perspectiva de mais chamamentos de outras

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 17 DE 38

organizações, ou tem de finalizar esse processo, iniciar o serviço para depois fazer um novo chamamento para mais organizações gestoras.

A SRA. PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES – Na verdade, a abertura de um Edital não depende necessariamente da finalização de outro. Temos um planejamento anual e um planejamento estratégico da gestão, enfim, onde prevemos a abertura de serviços, e depende muito de um estudo de vulnerabilidade do território, uma avaliação de demanda, tem de ter uma articulação com as varas.

Então, não existe uma temporalidade nesse sentido, abro um Edital e preciso que seja concluído para abrir outro. Você pode ter três, quatro editais abertos ao mesmo tempo. É isso, atendendo todos esses critérios, de terem organizações aptas a desempenhar o serviço, tendo demanda, entre aspas, identificada pelas varas, pelos territórios. Essa construção não depende de um cronograma. Acho que é isso.

Deixe-me fazer aqui o levantamento do número de SAICAs e de Casa Lar. Só um momentinho.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Vou aproveitar que você está procurando para eu me preparar. Depois eu vou passar para o Célio, depois para o Delton, depois vamos ouvir a Fabiana do CMDCA; depois a mãe da família acolhedora, Vânia; e aí aos demais inscritos. É só para a gente organizar a nossa fala. (Pausa) Tem também a Cristiane dos Direitos Humanos. Então, vou passar direto para a Cristiane, e se a Cristiane estiver e puder dá um *okay no chat*. (Pausa) Está aí a Cristiane. (Pausa) Vou passar então para a Cristiane se você não tiver a resposta agora, Priscila, mas se você tiver, já passa para a gente. (Pausa)

A SRA. PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES – Oi. São 120 SAICAs e 16 Casa Lar. No total são 136 serviços de acolhimento institucional.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – E o número de crianças e adolescentes que estão nesses acolhimentos?

A SRA. PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES – Eu vou te dizer o número de vagas. As que estão atualmente ocupadas, eu teria de dar uma consultada na central de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 18 DE 38

vagas. Eu não vou conseguir dar esse dado agora, exatamente, mas eu vou dizer qual é a nossa capacidade de acolhimento: são 2.180 vagas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Se você puder - depois ou durante a reunião - conseguir o número e nos mandar; se não, depois se puder mandar para o gabinete, tá bom?

A SRA. PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES – O último dado que eu tinha, é que tinham 177 vagas disponíveis. Então, se considerarmos que são 2.180 vagas, temos cerca de duas mil crianças e adolescentes acolhidos. É isso, e esse número varia bastante. Diariamente, a gente tem entradas e saídas, mas o último dado da semana passada, eram 2.003 acolhimentos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Priscila, obrigado pelos esclarecimentos, pela posição de SMADS.

Eu vou passar para a Cristiane, que terá agora a palavra.

A SRA. CRISTIANE PEREIRA – Bom dia a todos e todas.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. CRISTIANE PEREIRA - Gostaria de cumprimentar o Vereador Gilberto Nascimento, parabenizar o Dr. Sérgio pela iniciativa, cumprimentar a Priscila, colega de Prefeitura.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. CRISTIANE PEREIRA - A Secretária Ana Claudia Carletto não pode comparecer hoje, pede desculpas, e deixa um abraço ao Vereador, sua ausência é por conta de uma agenda.

Eu, atualmente coordeno, sou responsável pela coordenação de políticas para crianças e adolescentes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Nos compete a questão dos direitos humanos, a temática relacionada ao acolhimento familiar e as demais medidas protetivas estão inseridas entre os temas de formação que nós estamos preparando para os conselhos tutelares. A Secretaria de Direitos Humanos recebeu, a partir de 2019, pelo decreto

número 5993 de 2019. A gestão dos conselhos tutelares, são 52 conselhos tutelares na capital, então, a partir de 2020 a Secretaria é responsável pela gestão administrativa dos conselhos, e eles estão vinculados às políticas para a criança e para o adolescente, e nós somos responsáveis pela interlocução de todo trabalho de suporte aos conselhos tutelares, e também em parceria com CMDCA pela formação continuada dos conselheiros. Então essa temática está inserida no sistema de formação, nós trabalhamos junto com SMADS inclusive. E, além disso, a temática, ela também (ininteligível), assim como a Priscila trouxe, além desse planejamento de ação, o planejamento estratégico está desenhado, e nós também, a proposta disso é o fortalecimento dessas ações com o Judiciário.

Aqui dentro de São Paulo, o Família Acolhedora é um programa novo, como a Priscila trouxe, 12 anos estabelecidos na forma de convênios. A Secretaria dos Direitos Humanos, ela não executou diretamente os serviços, os serviços são vinculados diretamente à SMADS, a gente trabalha na articulação de políticas públicas. Então, por meio de um trabalho intersecretarial, participamos das comissões, como na comissão de enfrentamento de trabalho infantil, na comissão de enfrentamento à violência sexual, e nas demais comissões. E principalmente aí trazendo a temática da família acolhedora, a comissão da 1ª infância, comissão técnica desse importante programa para a primeira infância, dentro do Plano Municipal da Primeira Infância. E dentro das metas do plano municipal, temos estratégia que foi desenhada justamente para garantir acesso ao serviço de acolhimento familiar para 100% das crianças de zero a 6 anos. Isso já está desenhado, está desenhada essa proposta de acolhimento familiar. E a previsão dentro do plano é que as crianças de zero a 6 anos estejam inseridas nessa tipologia, e até 2024 a gente tem essa proposta de alcançar 60% das crianças de zero a 6 anos.

A gente sabe que é um grande desafio, como a Priscila trouxe, e passando esse projeto, é fortalecer esse serviço que é ainda novo em São Paulo, e também focar na sensibilização da sociedade do quanto é importante esse tipo de serviço, de trabalho. Eu acho que o acolhimento institucional tinha de ser uma última medida, temos que procurar todos os meios para garantir a melhor forma que o art. 227 da Constituição seja respeitado, seja aplicado

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 20 DE 38

em relação à criança. E como o Dr. Sérgio trouxe principalmente, tem que ser bom para ambos os lados, tanto para a criança, para o adolescente, quanto para aquela família que vai receber.

E dizer que o Paraná está de parabéns por esse trabalho, poxa, 90%, 95% das crianças nessa condição, é o sonho de qualquer município. A gente precisa atestar isso, temos uma necessidade muito grande, temos desafios gigantes, mas eu acho que é trabalhar para que seja fortalecido, que consigamos alcançar índices semelhantes, o que seria uma grande vitória.

Estou à disposição de vocês para qualquer questionamento, dúvidas, enfim.

Agradeço então mais uma vez pelo espaço.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Cristiane, obrigado, eu sei que esse é o intuito tanto da sua coordenadoria de política para a criança e adolescente da Secretaria, quanto da Claudia, assim como do pessoal da SMADS, da Priscila e do Carlos Bezerra, que falaram aqui, e também desta Casa, de vários Vereadores, não só eu, mas que possamos trazer esse exemplo, esse sonho, e um sonho que se sonharmos juntos conseguiremos chegar lá, que é chegar aos 95%, que é o que tem acontecido em vários lugares do mundo. Acho fundamental que essa temática seja estrategicamente pensada entre as secretarias e aí eu fico feliz de ter aqui representantes de duas secretarias, e mesmo sendo um programa novo dá pra ver que a articulação é constante.

Quero te agradecer pela participação, se tivermos qualquer dúvida, chamaremos você novamente.

Vou passar primeiro para a Fabiana - até porque está no virtual, e os outros representantes estão aqui – que é Presidente do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A SRA. FABIANA ZACARIAS CESÁRIO FEITOSA – Bom dia a todos. Gostaria de saudar a Mesa, agradecer o convite do Vereador Gilson Barreto, muito obrigada pelo convite. Agradecer também ao Dr. Sérgio, falar que foi um dos projetos que eu li e gostei muito. Estamos estudando para ver qual a viabilidade não de implantar e sim de aumentar ainda mais, porque

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 21 DE 38

nós sabemos que tudo isso, quando uma criança é tirada de seu lar, independente da situação, isso já fere o sentimento da criança, então existe um abalo psicológico também das crianças. E conviver com pessoas, aprender a conviver com novas pessoas que vão tomar conta dela faz com que ela também sofra, mais uma vez, mais um dano psicológico. E quando a criança volta, retorna à sua família de origem ou a uma outra família, também isso implica mais uma vez em outro dano psicológico.

Eu acho que existem outros meios que a gente pode usar para que isso seja um dano menor, falando psicologicamente, para essas crianças e esses adolescentes.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Obrigado, Fabiana, por participar aqui, também pela disposição de estar aí tocando o CMDCA, que é fundamental na nossa sociedade.

Vou passar agora para o Célio e depois para o Delton, ou para o Delton e depois para o Célio. Vocês que decidem aí. Vamos lá, Célio.

O SR. CÉLIO FERREIRA – Bom dia a todos e todas, Vereador, Sérgio, pessoal que está acompanhando a gente. Agradeço por esse tempo em que a gente pode discutir e dar importância àquilo que é realmente importante, que é o acolhimento familiar antes do acolhimento institucional.

Não que o acolhimento institucional deva deixar de existir, mas que a gente deve dar atenção, ou mais atenção, como o Dr. Sérgio falou, disponibilizando recursos e outras coisas ao acolhimento familiar; então priorizar aquilo que está na lei como prioridade de fato.

Eu costumo dizer, ou dar um exemplo pensando em cada um de nós. Acho que cada um de nós, que está neste auditório ou acompanhando a gente pela internet, tem filho; se não tem filho, tem sobrinho, sobrinha, tem alguém na sua família, uma criança que você ama muito, que você quer muito bem. Eu imagino que todos nós estamos nessa situação.

Eu costumo pintar um cenário. Imagina que os pais dessa criança ou adolescente falecesse num trágico acidente ou algo assim. O que é que você gostaria, que ela fosse para um abrigo? Não. Se você pensar sobre isso, você vai escolher que aquela criança esteja com outro

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 22 DE 38

membro da sua família. E aí vou piorando o quadro: mas não é possível isso. E aí você vai dizer: bom, Célio, se isso não é possível, então que essa criança fique com o meu vizinho. Mas não é possível.

E a gente vai pintando o quadro assim, e a pessoa nunca vai escolher uma instituição, simplesmente ela não vai. Ela não vai dizer: eu quero que o meu sobrinho amado vá para um abrigo. Ela não vai dizer isso. Ela vai dizer: eu quero que ele fique com aquele cara ali, que eu não me dou muito bem, mas vai ser muito melhor para ele ali do que num abrigo.

E esse momento, esse movimento é um movimento de dar importância para isso, de priorizar isso. Então agradeço, nos coloco à disposição. A ABBA foi a primeira organização que assinou, o primeiro convênio fomos nós que assinamos com a SMADS, então foi muito, muito bacana, honrando até um trabalho da ABBA de muitos anos, desde que a ABBA nasceu em 1993, já pensando sobre isso. É uma organização que sempre pensa como o Salmo 68, que diz que o solitário vive em família, então tentando sempre colocar o solitário em família, as crianças em família, desde 1993. Então foi um prêmio, em 2019, quando a gente conseguiu vencer o chamamento e assinar e ver que isso está indo para frente.

Então agradeço, e torço que realmente todas essas coisas, como a gente tem dito aqui, se tornem prioridade para cuidar melhor das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Passo agora a palavra ao meu amigo Delton.

O SR. DELTON HOCHSTEDLER – Obrigado, Vereador Gilberto pelo convite. Mônica, agradeço. Quero cumprimentar a Mesa, a Cristiane, a Fabiana, também a Priscila. Muito obrigado pela possibilidade de estar aqui, de interagir e fazer aquilo que, como o Célio destacou, que a ABBA vem fazendo durante um longo tempo, agora de lutar para os cuidados das crianças em famílias, e certamente o acolhimento familiar é uma maneira que nós pudemos fazer isso.

Também cumprimento o Dr. Sérgio. Lembro da primeira noite que eu tive a possibilidade de conhecê-lo. Eu fui para Cascavel justamente convidado para falar no primeiro congresso que eles realizaram lá, junto com um consultor da Inglaterra.

Vocês percebem que eu falo com um pouco de sotaque, que às vezes misturo as palavras. Eu sou assistente social, venho do Canadá, trabalhei com acolhimento nos Estados Unidos e no Canadá, estou há 12 anos trabalhando no Brasil para a gente fazer esse trabalho também.

Mas aquela noite foi interessante, porque nós fomos comer numa churrascaria e a gente estava ali sentado à mesa e de repente chega o garçom. E vocês acreditam que o garçom que veio naquela noite era um rapaz de 21 anos que tinha morado na rua com 13, 14 anos, e ele foi acolhido na família acolhedora e, a partir daí, a vida dele começou a se estruturar. E ali ele estava então com 21 anos, trabalhando como garçom. Foi uma grande oportunidade, uma grande experiência naquele momento, de ver no fato como traz os benefícios. E o Dr. Sérgio me jurou que ele não planejou assim, que aconteceu assim mesmo. Mas a gente pôde ver ali esse resultado.

E Cascavel se destaca quando a gente olha para o programa deles, como eles começaram com adolescentes, que, ao contrário do que acontece na maioria das situações nos municípios, que começam com zero a seis anos. Realmente, pela ciência, nós entendemos que traz um efeito sobre o desenvolvimento físico, psicológico, social da criança maior. Mas também há essa grande necessidade do acolhimento dos adolescentes.

Até deixo uma pergunta, talvez para o Dr. Sérgio responder depois, se é difícil em Cascavel conseguir as famílias para adolescentes, se não é. Como que é essa (ininteligível) de famílias, quantos procuram um perfil menor, quantos procuram perfil maior. Porque acho que é uma área que nós pudemos aprender e crescer aqui em São Paulo.

Respondendo e falando para a Priscila sobre o número das nossas famílias acolhedoras, certamente nós temos 18 famílias, mas temos a felicidade nesta semana de estar habilitando mais seis famílias. Pelo menos esse é o planejado e acredito que até semana que vem nosso número vai estar em 23, 24 famílias. Uma conquista e cada vez a gente vai dando passos para frente.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 24 DE 38

Eu acredito que é isso. Aqui em São Paulo nós estamos, neste momento agora, de ter dado os primeiros passos. A gente tem ali um número, uma porcentagem baixinha, mas tomamos os primeiros passos e isso é um grande motivo de celebração, porque durante alguns anos nós nem estávamos conseguindo de fato, efetivamente, como política pública, realmente poder dar esse primeiro passo.

Mas agora nós estamos em outro momento, que é: temos três serviços trabalhando, crianças acolhidas. Temos visto nitidamente os benefícios acontecendo e temos a possibilidade, agora, de ampliar. Numa cidade do tamanho de São Paulo, nós precisamos, sim, de mais chamamentos públicos, mais recursos investidos nisso, porque nós temos visto não só de estudar fora, mas agora aqui na nossa cidade também, temos visto esses benefícios que a gente tem vivido nas crianças.

E aqui eu destaco talvez, do ponto de vista das parcerias, das ONGs que estão envolvidas nesse processo, alguns dos desafios que eu acho importante o Executivo e o Legislativo olharem durante as próximas semanas, meses, anos.

Dr. Sérgio apontou algo muito importante: o lugar e o papel do serviço que está fazendo o acompanhamento. Eu quero destacar, na pessoa da Sorama, da Kátia, elas que estão na proteção especial, na SMADS, o quanto elas têm sido parceiras com os serviços; sempre, enquanto vão desenvolvendo o serviço, nos chamando para reuniões como representantes dos OSCs, parceiros para desenvolvimento do serviço.

Há uma proposta de uma assessoria técnica maior, que iria trabalhar justamente no desenvolvimento dos serviços já implantados e os que estão sendo implantados também.

Esse seria um chamamento público para alguma autoridade - há várias que estão trabalhando há anos no acolhimento familiar - prestar aqui em São Paulo ajudando a estreitar os vários processos e fluxos, aumentar a capacidade técnica dos serviços que estão envolvidos.

Acredito que isso seria um ganho para a Cidade, se nós pudermos, de fato, como o Dr. Sérgio falou, capacitar as equipes para que eles possam trabalhar bem com as famílias.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 25 DE 38

Isso está previsto, mas eu entendo que não saiu a verba ainda, entendo que é uma prioridade para que a verba saia, para que possa ter essa assessoria. Isso vai trazer ganhos para a nossa cidade.

Eu falei também, o Dr. Sérgio já trouxe maravilhosamente – essas palavras são difíceis – de quanto é bom para a criança no seu desenvolvimento estar inserido no acolhimento familiar. Mas pensando sobre o tamanho da cidade de São Paulo, nós temos três serviços, o que é muito pouco. Nós poderemos ter muito mais se pensarmos que há 11 regiões judiciais, na cidade de São Paulo. Eu não sei o número do FAS, mas talvez seja em torno de 20 a 30. Na verdade, cada uma dessas regiões, pelo ponto de comércio, deveria ter a possibilidade de ter um serviço ali.

Nós temos sentido, especialmente nosso serviço está localizado na região de Santo Amaro, de quanto é difícil a dinâmica de atender toda região judicial de Santo Amaro. Por exemplo, a sede do nosso serviço é localizada em Santo Amaro. Outro dia, tinha uma equipe que foi fazer uma visita, procurar uma família de origem em Colônia. Isso dá mais do que uma hora de viagem.

O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária traz o conceito da regionalização, justamente para que os serviços aconteçam perto de onde está a família de origem e nós temos, de uma certa forma, conseguido isso. Quando a gente fala da região de Santo Amaro, só que essa região é muito grande, o que também aumenta o custo.

O nosso orçamento dentro do serviço de acolhimento familiar, eu tenho conversado com os outros serviços também, uma vez que as famílias estão espalhadas na comunidade, há necessidade de se deslocar bastante para atender essas famílias para levar as crianças para visita em sua família de origem, atender as famílias de origem que nós fazemos junto com a rede local. Isso gera um gasto maior, um peso maior em tempo e em dinheiro em termos de transporte e de acompanhamento.

Um desafio que todos os serviços têm sentido, porque a gente vai crescendo com isso, percebemos que quando os números foram desenvolvidos originalmente foi pensado muito

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 26 DE 38

nos gastos normais de uma SAICA, de uma instituição de acolhimento, não tanto de um serviço de acolhimento familiar que vai deslocar até as famílias estarem dentro da comunidade, que é um ponto forte do acolhimento familiar, mas realmente preciso desse apoio para que isso aconteça.

Dr. Sérgio também destacou a necessidade do apoio do Judiciário. Nós estamos trabalhando ainda alinhando, temos dado passos muito bons para frente. Nós temos sentido o apoio da nossa Juíza, Dra. Sílvia, da Vara da Infância, de Santo Amaro. Ela foi fundamental lá atrás em agosto, realmente para impulsionar as famílias para que nós recebêssemos as crianças para acolhimento, mas isso faz parte daquilo que precisa ser trabalhado também.

Fecho a minha fala, pensando também falando para os outros OSCs, as ONGs que têm os SAICAs das instituições de acolhimento, porque dentro da ABBA nós temos uma SAICA, temos um Serviço de Acolhimento Institucional também, justamente, poder pegar aquela experiência e trazer para o acolhimento familiar foi um ganho. No nosso caso, há alguns ajustes de modelo, mas o trabalho com a família de origem acontece da mesma forma.

Abrindo os novos chamamentos públicos, colocando os recursos eu acredito que vai abrir a possibilidade para que essa experiência comece a ser também investida, aplicada no acolhimento familiar. Ela existe. Acredito que todos os chamamentos públicos que foram feitos, receberam mais do que uma proposta de organizações querendo entrar.

O *know-how*, a possibilidade, o entendimento está ali, nós precisamos dos recursos para que isso ande para a frente.

Eu gosto do desafio do Dr. Sérgio quando ele fala dos 17% que tem no Paraná. Isso nos desafia. Ele trouxe também a questão da grande cidade, realmente, foram as pequenas para média cidades que conseguiram implantar primeiro, agora nós temos a possibilidade de fazer isso em São Paulo.

Essas são algumas das questões, dos desafios, que eu ia trazer justamente neste momento. Eu considero uma honra muito grande de trabalhar com nossas famílias acolhedoras. Dr. Sérgio apontou da necessidade de cuidar da família acolhedora também, porque se

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 27 DE 38

cuidarmos dela é o nosso maior recurso. Se cuidar dessa família ela vai continuar acolhendo uma vez, duas vezes, três, quatro, essas várias vezes. Ali só vai crescendo a experiência, a capacidade, vai aumentando a qualidade do acolhimento que consegue fazer nesses casos. É outro ponto importante.

Por isso, também, eu volto a dizer da necessidade de capacitar as equipes, esse apoio, para que isso aconteça.

Agradeço muito ao Vereador por esse foco, por olhar para isso. Há tantas demandas na Cidade, mas olha só um dado que o Dr. Sérgio falou: quando eles começaram a acolher adolescentes, a taxa de criminalidade na Cidade foi diminuindo de acordo com os acolhimentos acontecendo na família acolhedora.

Acho que podemos realmente ver, como disse o Vereador, é um investimento não caro, acaba saindo até mais barato do que o acolhimento institucional, como nós temos falado, então nós conseguimos ganhar em todos os lados, principalmente, para esses adolescentes que pedem para famílias.

Trabalhando com eles ouvimos que eles querem uma família com quem podem conviver. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Maravilha. Obrigado, Delton, por trazer sua experiência, seu ânimo e dinamismo para estar à frente da instituição dando tantos resultados.

Digo isso porque estive conhecendo o trabalho, conversando com famílias acolhedoras. Realmente, se a gente for colocar em termos de números, é um investimento um tanto quanto baixo para a mudança que podemos ter na sociedade.

Tive uma experiência de ter sido Secretário Adjunto, depois assumi a Secretaria de Justiça do Estado, ligada à Secretaria de Justiça, inclusive a ex-Secretária Berenice estava à frente da Fundação CASA. Nós falávamos muito sobre aqueles menores e a dificuldade de ele passar por aquele momento na Fundação CASA, tentar fazer um trabalho de conscientização. Claro que pagando a sua pena para a sociedade daquela forma, mas o número de recuperação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 28 DE 38

era muito baixo, exatamente, porque eles voltavam para o mesmo ambiente, para o mesmo local, muitas vezes com dificuldade seja de família, seja de vizinhança.

Se tivessem a oportunidade de estar em uma outra família, outro ambiente, com certeza, o caminho seria outro. Infelizmente, a gente vê esses resultados, na prática, esse é um dos motivos que me movem para colocar o PL na pauta, que é criar um programa de incentivo e visibilidade ao acolhimento familiar.

Agora, a gente vai ouvir também a Vânia Bezerra Cruz da Silva, mãe de família acolhedora, que vai dar seu testemunho, falar um pouco de como é ser uma mãe de família acolhedora, na prática.

A SRA. VÂNIA BEZERRA CRUZ DA SILVA – Bom dia a todos. Agradeço ao Vereador Gilberto e à Mônica pelo convite. Aproveitando que o Delton está presente, dizer que tenho muito orgulho de fazer parte desse serviço.

Eu conheci o projeto através da minha igreja, o Delton foi até lá falar sobre o serviço. Eu me interessei, porque naquele momento eu nunca tinha ouvido falar sobre família acolhedora.

Olhando para trás, na minha vida, sempre fui mãe acolhedora, porque sempre acolhi várias crianças, desde criança eu as trouxe para morar comigo por um tempo, entendeu?

Aí eu me interessei e aos poucos fui levando meu esposo. Até que nós fizemos a capacitação, durante quatro ou cinco meses, quando é explicado tudo. Quem não sabe, eles visam muito mais nas coisas negativas, porque ser família acolhedora não é um mar de rosas, você vai lidar com crianças que têm uma história, elas já vêm com a sua história, com suas marcas. São problemas que, no caso, não seriam deles, mas sim daqueles que teriam de cuidar de protegê-los, mas que, nesse momento, não estão fazendo esse papel.

A importância da família acolhedora é justamente a de oferecermos a nossa porta aberta, além da porta aberta o coração.

No meu caso, costumo falar que a minha caixa de amor transborda, porque eu amo crianças e amo servir.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 29 DE 38

Quando fomos capacitados, nós escolhemos o perfil, não há nada imposto. Sou casada, tenho duas filhas adultas, a mais velha é casada e a mais nova, que tem 16 anos, ainda mora comigo. Todos, de comum acordo, fizemos a capacitação.

Quando tive o meu primeiro acolhimento, o meu perfil não tinha bebê. Se não me engano, era de três até 10 anos, uma coisa assim. Eu me lembro. Já tem quatro anos isso. Aí pela necessidade, eu acolhi um bebê, porque não havia famílias acolhedoras, eu não estava acolhendo, eles não queriam que ela fosse para o abrigo. Graças a Deus ela veio, deu certo, acolhi por um ano e meio. O lar da criança é este, foi por muito tempo. Isso acaba atrapalhando tanto nós como família acolhedora quanto a criança.

Nós somos adultos, bem ou mal vamos saber lidar com a dor, mas a criança, no caso a bebê que veio com sete meses, ela saiu da minha casa com dois anos e um mês. O meu sofrimento foi o de pensar e imaginar que ela estivesse sentindo falta da casa dela que era aqui, a minha casa, que ela estivesse sentindo a nossa falta.

O que me deixou mais triste em tudo é isso, o desacolhimento sem dúvida nenhuma porque eu sofri muito, muito mesmo, a falta da criança. Isso é algo trabalhado na capacitação e as técnicas são faladas que a gente tem de ir se acostumando e falando para a criança que ela terá outra família, que terá um pai e uma mãe. Só que a teoria é uma coisa, mas a prática, como em tudo, é bem mais complicada. Mas graças a Deus deu tudo certo. Ela foi adotada.

Falo mais uma vez, o meu sofrimento não foi por ela ter ido embora, porque o intuito era o de ser adotada. Ela foi destituída para ser adotada. Graças a Deus ela está com uma família maravilhosa.

Também, para a nossa sorte, eles concordaram com o contato. Nós temos contato até hoje com eles, mas o sofrimento era o de imaginar que ela estaria sofrendo, sentindo a nossa falta.

Depois disso, com cinco meses, acolhi um adolescente. Fui de um extremo a outro. Depois que acolhi a bebê, passei por todo processo, pensei em abrir esse leque, vamos acolher o adolescente.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 30 DE 38

Acolhemos um adolescente de 16 anos, ficou conosco, salvo engano, por 11 meses. Ele voltou para a família de origem, só que ele não quis ficar, não deu certo, retornou para a família acolhedora, ficando, no total, com ida e volta, um ano e 11 meses. Atingindo a maioridade, ele preferiu morar sozinho.

O nosso papel, como família acolhedora, junto com os técnicos, ensinamos autonomia. Eu tive de ensiná-lo a cozinhar, cuidar das roupas, fazer faxina na casa. Ele preferiu morar sozinho e, de fato, foi o que aconteceu. Ele mora sozinho, está muito bem, estuda, trabalha como jovem aprendiz. Ele é um garoto excepcional, educado, muito inteligente.

Há uma coisa que não posso esquecer, ou seja, a fala que eu ouço muito que é a maneira como as pessoas veem a instituição, o abrigo. Eles veem que lá só tem crianças que darão muito trabalho, crianças rebeldes que vão sair de lá para a marginalidade, porque os pais são marginais.

A fala tem de ser dita mais vezes que o abrigo é bom não como família acolhedora, mas tem a sua bondade, porque ali é a casa deles. Como eu falo, o Estado dá casa, comida, escola, mas não dá afeto.

Na família acolhedora, nós temos a oportunidade de acolher individualmente. Vamos acolher uma criança ou, no máximo, irmãos que não separam, mas é individual. A gente tem amor para dar, tem carinho, além da alimentação e educação. A gente tem que educar, porque eles vão sair daqui e vão para outro lar.

Quero dar o testemunho da família que adotou a bebê, eles disseram que nunca imaginaram que adotariam uma criança daquela maneira. Ela era pequeninha, tinha dois anos e meio, hoje ela tem quatro anos. Só que ela era educadinha, comportada, tinha um jeitinho todo especial. É muito importante.

Hoje, eu falo com muito orgulho que sou família acolhedora, embora as pessoas tenham duas falas: Nossa, a importância que tem isso para a sociedade, que bonito que você faz; a outra é: Vocês são loucos, não têm coração, porque se é comigo eu não devolvo, como que você vai devolver essa criança. Como família acolhedora, posso dizer que é um desafio.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 31 DE 38

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Maravilha. Obrigado, Vânia, pelo seu depoimento é um assunto extremamente relevante.

Posso dizer também que tenho uma facilidade de falar em família acolhedora porque fui criado mais ou menos assim. Nas férias da escola, Dr. Sérgio, os meus pais também pegavam numa instituição dois irmãos que acabavam passando sempre as férias com a gente. Eles estavam em processo de adoção. Hoje, os dois moram nos Estados Unidos. Um deles é casado, até há um ano e meio nós trocávamos *e-mail*, eles já têm 30 e poucos anos.

Então, a gente acabou se acostumando com isso. As minhas sobrinhas todas passaram por períodos de um ano, dois anos em casa, por causa da questão de estudos. Parte da família é lá do Mato Grosso. Também hoje eu tenho uma que mora comigo. Ela tem 20 anos. É uma bailarina profissional e tem a sua família, mas não tem o amor que ela precisa ter. Eu acho que a grande diferença de um projeto como esse, é tirarmos as crianças em uma situação de se sentirem rejeitadas para uma casa, para se sentirem amadas.

Entendo também que deve ser muito difícil, no caso da Vânia, de ter que entregar, mas esse é o propósito. E, por um período de tempo, que a gente faça a diferença, que a gente traga segurança para a criança ou para o adolescente.

Tem a palavra a Sra. Maria José de Oliveira Correia.

A SRA. MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA CORREIA – Bom dia a todos. É um orgulho pessoal e profissional estar aqui. Eu sou assistente social de primeira formação. Trabalhei no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, durante quinze anos, na Vara da Infância e da Juventude. Então, eu acompanhei inúmeras famílias em sofrimento, porque a gente se esquece de pensar, muitas vezes, que quando uma criança sofre, há uma família que sofre, porque não dar conta dos seus filhos é não poder acolhê-los é algo que dói muito, ainda que haja uma pessoa alienada com drogas, com bebida, com danças e festas indevidas, mas há um sofrimento que está ali congelado, e que se carrega na alma pela vida toda.

Então, nesse período, eu aprendi a sofrer com os que sofrem; e esperar e sonhar que eles tenham um futuro diferente daquele encontro que eu tive com eles.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 32 DE 38

Para mim, a família acolhedora é uma alternativa muito difícil emocionalmente como ser humano, como a Sra. Vânia bem ressaltou, como amar, segurando e, ao mesmo tempo, soltando. Parece que os animais sabem fazer melhor isso do que nós, seres humanos; mas esse é o papel de toda família: criar para a autonomia, e para essas crianças, eu sou mãe por adoção também, só mãe por adoção. Não tive filhos biológicos. Então, acho que a minha experiência é muito relevante: Receber, na sua casa, crianças que tenham um olhar vazio - porque esse olhar da alma é um olhar vazio, opaco e sem futuro - e poder ofertar para elas a experiência emocional que vai mover a sua vida, de uma forma totalmente diferente para nós, ser humanos. Eu tenho pensado muito enquanto humanidade. Para nós, seres humanos, essa é uma experiência excepcional. Cada um de nós pensa, muitas vezes, que trazer crianças ao mundo não vale a pena, porque o mundo está do jeito que está e há prognósticos, muitas vezes, negativos; mas eu acredito que a família acolhedora é uma alternativa de oferecer uma mensagem para o coração de não se estar só, porque ainda que, em alguns momentos, haja certo conflito entre a família que pretende adotar ou a família de origem em relação a essa família que está acolhendo a criança, no seu coração, na sua alma e na sua mente, essa experiência nunca vai ser apagada, porque ela é a esperança que ela tem, de que ela pode dar certo.

Eu também já trabalhei na Prefeitura de São Paulo, na Secretaria de Saúde há muitos anos, e é impressionante como é duro a gente lidar com orçamentos, PLs e vidas humanas. São coisas que parecem que não se encontram. É um grande desafio. Acho que aí a gente inclui também o Poder Judiciário. Eu acho até que o Governo Federal pode ultrapassar essa barreira do material e olhar pessoas. Então, eu acredito que a gente precisa mudar a cultura da Cidade grande, do isolamento e da busca do sucesso financeiro e individual, para voltar àquele sentimento de comunidade, comunitário, de que o que acontece com o outro me importa. Repito uma palavra que a gente trouxe do movimento Pelo Direito do Órfão, que eu também faço parte, e que o Sr. Delton também compartilha com a gente: "Se Deus se importa - porque Deus se importa com qualquer vida humana - eu também me importo". Então, a família acolhedora precisa ter uma visibilidade, para que essas crianças que ficam invisíveis nos abrigos cheguem as

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 33 DE 38

nossas casas, às casas dos nossos parentes e às casas dos nossos vizinhos, para que a gente resgate a nossa humanidade, que está um pouco perdida.

Então, a minha colocação é essa: agradecer ao Vereador e à Sra. Mônica, porque é um sonho que a gente sonhou junto, de trazer a visibilidade para isso, porque a gente se reúne desde 2016. Ele começa a virar luz.

Agradeço muito, muito por essa iniciativa, porque ela realmente é um marco na cidade de São Paulo, a maior Cidade deste País.

Muito obrigada por estar aqui inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Obrigado, Sra. Maria José. Obrigado pelas falas, extremamente emocionantes para a gente.

Vou passar a palavra novamente ao Dr. Sérgio Kreuz, O senhor pode, se quiser, responder o questionamento feito Sr. Delton, e depois, no avançar das horas, pode passar para as suas considerações finais.

O SR. SÉRGIO LUIZ KREUZ – Muito obrigado. A pergunta é no sentido da dificuldade que há em encontrar famílias para acolher adolescentes. Como nós começamos acolhendo adolescentes, é claro que ficou um pouco mais fácil para nós.

Veja bem: Hoje lá, em Cascavel, 55% dos nossos acolhidos são adolescentes. A maioria dos acolhidos são adolescentes e jovens, e normalmente há maior dificuldade na implantação dos serviços de acolhimento familiar; mas o importante é que, essas famílias - Falo da Sra. Vânia, da família acolhedora - justamente nessas capacitações, levem as pessoas que acolhem adolescentes, justamente para desmistificar, muitas vezes, porque as pessoas acham: “Ah, não, mas é um adolescente. Às vezes, já cometeu até um ato infracional. Às vezes, já está em dependência química”. Enfim, falo em desmistificar essas situações. Então, nossas capacitações, em primeiro lugar, são abertas. Não é preciso ainda ser família acolhedora para dar capacitação. Às vezes, uma pessoa quer ir lá conhecer o serviço. Quando vai lá conhecer o serviço, ela não está se obrigando a nada. Então, ela vai lá, participa e acaba, muitas vezes, se convencendo. E quando eu falo que é importante cuidar da família acolhedora, é porque a família

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 34 DE 38

acolhedora não só vai acolher de novo, como é a própria família acolhedora que nos vai indicar as próximas famílias acolhedoras.

Então, muito mais do que, por meio da mídia, por meio de anúncios, como a gente fez e não deu muito certo, a grande maioria das famílias acolhedora vem participar conosco do serviço pela indicação de outras famílias que já acolheram. São vizinhos, são parentes e são pessoas que conhecem enfim. E é nessa medida em que o serviço vai crescendo. Como falei, é um serviço que vai crescendo devagar e claro, quando se coloca isso, na capacitação, que vai haver prioridade, vão ter que ver, no momento da capacitação, qual é a sua prioridade, para que se quer famílias acolhedoras. Então, vão direcionar: Quem for acolher família adolescentes, vai ter prioridades. Uma coisa importante que nós talvez fizemos lá foi isso, já logo nos primeiros anos: Nós aumentamos a bolsa-auxílio para as famílias que acolhessem adolescentes que tivessem problemas com drogadição ou tivessem necessidades especiais.

Então, nós damos um aumento na bolsa-auxílio de 50%, justamente para estimular essas famílias a também acolherem esses adolescentes.

Vejam: Hoje nossa situação está bastante cômoda, porque há muitas famílias com vários perfis e famílias aguardando acolher. Então, é sempre mais fácil, mas, até se chegar lá, eu penso que uma estratégia é justamente essa, levar as famílias que já acolhem adolescentes nessas capacitações, para eles também darem o seu testemunho e incentivarem as outras famílias também acolherem esses jovens e esses adolescentes.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade e cumprimento o Vereador Gilberto Nascimento pela excepcional iniciativa, que certamente vai impulsionar os serviços de acolhimento familiar em São Paulo. Também, mais uma vez, venho saudar o meu querido amigo Delton, que tanto fez por nós lá em Cascavel, quando nos ajudou também a organização daquele primeiro congresso internacional, que foi um marco para a nossa cidade e também aqui para o Paraná.

Muito obrigado e um grande abraço a todos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 35 DE 38

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Dr. Sérgio, nós que agradecemos a sua participação, que abrilhantou aqui nossa audiência pública.

Tem a palavra o Sr. Célio.

O SR. CÉLIO FERREIRA – Agradeço, como o Dr. Sérgio bem falou, pela oportunidade. Agradeço por esse espaço de discussão. Por isso que está, no seu coração, e está querendo abençoar as nossas crianças. Então, parabéns pela iniciativa. Obrigado pela oportunidade e obrigado a todos que estão aqui. Vamos para frente, em prol das nossas crianças.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Tem a palavra o Sr. Delton.

O SR. DELTON HOCHSTEDLER – Quero agradecer também todos que estavam aqui hoje de manhã. Sra. Maria José, com sua fala, muito obrigado pela presença. Dr. Sérgio, também muito obrigado. É muito bom passar essa manhã juntos e trocar informações. A gente sai mais animado e até cheio de pensamentos e maneiras que nós podemos melhorar e trabalhar. Obrigado pela resposta sobre a questão dos adolescentes. É algo para nos desafiar. Nós realmente começamos aqui em São Paulo, focados no zero a seis anos, mas já está alinhada a possibilidade de crescer esse número. Nós, na ABBA, temos acolhidos três adolescentes no total. Nessas famílias que aprovamos agora, uma das famílias vem justamente com o perfil de adolescente. Esse era o perfil identificado. Então, isso abre a possibilidade, porque se a gente não for pensar também em adolescente, de repente, a gente não iria aprovar essa família, porque eles não tinham perfil de zero a seis anos. Então, é uma maneira também de se aumentar o envolvimento da sociedade, e certamente temos muito a aprender. Não é um caminho fácil, mas temos visto já os resultados e acredito que, para nós, é uma área para continuarmos crescendo.

Muito obrigado, nobre Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – A Sra. Priscila está representando da Secretaria, o Sr. Secretário Carlos Bezerra Jr., por meio da Coordenadoria de Proteção Social da Secretaria. Primeiro venho lhe agradecer, participando aqui com a gente.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 36 DE 38

A SRA. PRISCILA PEREIRA ALVES SCHARTH GOMES – Muito obrigada, nobre Vereador. Muito obrigada a todos os colegas. Como eu falei, estou muito grata pela oportunidade de estar aqui com os senhores, conversando sobre essa política, que é tão importante para a nossa Cidade. Eu só queria retificar uma informação. Eu falei que havia um serviço que estava em processo, de implantação. Na verdade, são dois. Então, há dois editais que foram abertos e aprovados e já estão com organizações, finalizando os trâmites burocráticos. Então, haverá mais 60 vagas e, na verdade, 60 desafios de captação e de capacitação dessas famílias. É muito bom perceber que a temática está ganhando visibilidade e está sendo discutida na Cidade, porque a Assistência Social não consegue trabalhar sozinha. É um conjunto das outras secretarias, é um conjunto com a Câmara, é um conjunto com o Poder Executivo, de forma geral, e com as organizações que são os nossos parceiros nesse grande desafio.

Muito obrigada a todos pela oportunidade; e estamos todos à disposição da equipe da Câmara, para estar conversando e talvez tirando mais dúvidas. Estamos à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Cristiane, coordenadora de políticas para criança e adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos, representando aqui a Secretária Claudia Carletto.

A SRA. CRISTIANE PEREIRA – Agradeço, em nome da Sra. Claudia, o convite.

Nobre Vereador, cumprimento a todos, mais uma vez, e parabenizo V.Exa. pela iniciativa do projeto de lei, sem dúvida. Já falamos hoje que todos já falaram sobre a grande importância dessas iniciativas, dos serviços, dessa mudança de postura de trabalho para essas crianças. A gente tem que pensar nesse trabalho conjunto em três pilares: Estado, família e sociedade juntos, em prol das crianças. O Estado é representado por esses poderes. A família atua, sem dúvida, atua em prol das crianças. Sem dúvida, falo da sociedade como um todo. A gente pode mudar essa cultura, com essa nova tendência, que já vem produzindo esses frutos. Os resultados são extremamente positivos, como a gente vê com as experiências.

Parabéns aos representantes das organizações e todos aqueles que participaram. Falo das representantes, que recebem esses relatos, fundamentais para a gente dizer que quem está lá, na ponta, vem trabalhando. Espero que essa experiência seja notificada.

Muito obrigada e um ótimo dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Obrigado.

Agradeço a todos os participantes, as Sras. Priscila, representante do Sr. Carlos Bezerra Jr., Secretário Municipal da Assistência Social; Cristiane, representando a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Secretária Claudia Carletto; Fabiana Zacarias Feitosa, Presidente do CMDCA, Conselho Municipal do a Criança e do Adolescente; e Srs. Sérgio Kreuz, Juiz no Paraná e que nos abrilhantou aqui; Célio e Delton, da ABBA; Vânia Bezerra e Maria José, que também fez uma fala muito importante para a gente neste momento.

Eu espero que essa audiência pública marque o início de um novo tempo para o acolhimento familiar em São Paulo. Essa é a minha briga. Esse é o meu sonho, para que a gente possa virar essa página e crescer, cada vez mais, esse tipo de acolhimento.

Eu já fiz uma fala inclusive com o Prefeito Ricardo Nunes. Fiz uma fala inclusive estendendo o convite para entender melhor. Para também ser uma espécie de madrinha desse projeto, falo da esposa do Sr. Ricardo Nunes, a Sra. Regina Nunes. Por quê? Porque aí a gente acaba tirando qualquer questionamento de: “Ah, porque é político, porque é momento, não é momento”, e aí se mostra sim a todas as secretarias. Sei que já é um entendimento, principalmente do corpo técnico das secretarias. Isso precisa ser uma política pública sim. Os números mostram isso. Sobre a economia inclusive - se alguém perguntar - falo da metade do custo, na verdade, do acolhimento institucional. Então, nós temos todos os pontos positivos, para que o acolhimento familiar venha a crescer, cada vez mais, e esse é o momento de a gente criar um novo tempo para isso.

Eu acho que o sonho da Sra. Maria José é o que a gente está começando a enxergar lá pela frente. Que a gente possa continuar focando nesse alvo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18916 DATA: 06/12/2021 FL: 38 DE 38

Quero agradecer a todos. E vou usar da sua frase também, acho que a senhora pegou do Sr. Delton: “Se Deus se importa, eu também me importo”.

Então, é nessa tônica que a gente vai levar esse projeto da família acolhedora.

Agradeço a Assessoria do gabinete, a Assessoria aqui da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa e todos os Vereadores da CCJ.

Em nome da Presidente Sandra Tadeu, eu declaro aqui realizada a audiência pública ao PL 434/2021.

Tenham todos um bom dia e uma excelente semana, se Deus quiser. Muito obrigado.

Estão encerrados os nossos trabalhos.